

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº:	<b>1001816-29.2015.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer</b>
Requerente:	<b>Samuel Luiz Gonçalves</b>
Requerido:	<b>Osnir Rodrigues Cortez</b>

SAMUEL LUIZ GONÇALVES ajuizou ação contra OSNIR RODRIGUES CORTEZ, pedindo a condenação ao cumprimento de obrigação consistente em promover a transferência do registro de propriedade de veículo automotor, bem como ao pagamento de encargos decorrentes da propriedade, haja vista a alienação do bem, descuidando-se ele, réu, de fazer a alteração do registro perante o órgão de trânsito.

Deferiu-se a antecipação do provimento jurisdicional.

Citado, o réu contestou o pedido, afirmando inexistir prova da relação negocial entre as partes, pois o autor vinculou-se a outrem.

Em réplica, insistiu o autor nos termos do pedido.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O autor vendeu para o réu um automóvel, mas não houve a transferência do registro de propriedade perante o órgão de trânsito, razão pela qual os encargos e tributos decorrentes da propriedade continuam incidindo em desfavor dele, autor. Lembre-se também a possibilidade de recaírem sobre ele, autor, as multas de trânsito, não apenas a obrigação de pagar mas também a pontuação na carta de habilitação de motorista.

O documento de transferência não foi preenchido (fls. 8) mas a emissão de cheque pelo réu, em favor do autor (fls. 9), com expressa anotação no verso, sobre corresponder ao pagamento do preço do bem (fls. 10), confirma

## P O D E R J U D I C I Á R I O


 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
 JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

a relação jurídica contratual, da qual decorre a obrigação de transferir o registro de propriedade e de responder pelos encargos inerentes.

Sustenta o contestante que limitou-se a apresentar a compradora, a Sra. Marineide, era a real adquirente e responsável perante o autor. Tal alegação carece de plausibilidade e de amparo fático ou indiciário, amparando-se apenas em um documento desprovido de qualquer assinatura, um suposto contrato entre o autor e Marineide Freire da Silva, não assinado nem mesmo por esta.

É possível que o réu tenha vislumbrado a possibilidade de transferir o veículo para outrem rapidamente, o que explica a sugestão no cheque, para "não depositar" (fls. 9). Mas tudo indica e confirma ter sido ele mesmo o comprador, por isso mesmo responsável pela transferência e pelos encargos típicos da propriedade.

Diante do exposto, acolho o pedido e condeno o réu ao cumprimento da obrigação de fazer, consistente em promover a transferência do registro de propriedade do veículo perante o órgão de trânsito, no prazo de trinta dias, sob pena de incidir em multa mensal de R\$ 1.000,00, sem prejuízo de providências materiais que este juízo venha a tomar, na hipótese de descumprimento da ordem, de modo a realizar-se concretamente o provimento jurisdicional, a exemplo de remeter-se ofício ao órgão, para a transferência. Ao mesmo tempo, condeno-o ao pagamento do IPVQA, seguro obrigatório, multas e demais encargos incidentes sobre a propriedade do veículo, desde a data da transação, 16 de fevereiro de 2008, atualmente perfazendo R\$ 2.800,00.

Condeno-o ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios fixados em R\$ 1.000,00. A execução dessas verbas, porém, **fica suspensa**, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50.

P.R.I.C.

São Carlos, 10 de maio de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA